

OPÚSCULO 15

— Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura —

Ana Vaz Milheiro

AS COISAS NÃO SÃO
O QUE PARECEM QUE SÃO

Aos Arquitectos Francisco Castro Rodrigues e Pancho Guedes

AS COISAS NÃO SÃO O QUE PARECEM QUE SÃO

Arquitectura brasileira na África portuguesa (1953–75)

A necessidade de se tratar num plano específico a arquitectura praticada nos territórios africanos é contemporânea da vulgarização do discurso moderno em Portugal. É do lado dos «internacionalistas» que se discute a figura do Arquitecto Colonial no I Congresso Nacional de Arquitectura de 1948. Não há confrontação estilística, como acontece noutros debates, e a capacidade de mobilização parece pouco expressiva apesar das teses apresentadas na única comunicação sobre o tema serem votadas e incluídas nas conclusões. Os pontos elencados recaem sobre o exercício profissional. João Simões em «A profissão de Arquitecto nas Colónias» lamenta a inexistência generalizada de «uma arquitectura funcional, bem resolvida a que fosse possível chamar a nossa Arquitectura colonial», para marcar uma posição corporativa, exigindo «a criação de condições que permitam a... fixação [de arquitectos] nas Colónias».¹

Essas condições passam por centros de investigação sobre a especificidade do urbanismo e da habitação nos territórios ultramarinos, a instalação de gabinetes de planeamento local, a nomeação de arquitectos nos organismos públicos, a regulamentação da profissão e a mobilização de tirocinantes através, por exemplo, da definição de honorários. Compromissos profissionais de Francisco Castro Rodrigues, ao serviço do Gabinete de Urbanização Colonial como tirocinante, impedem-no de assinar a tese. Os dois arquitectos integram uma facção, dentro do grupo de

Lisboa, ideologicamente muito comprometida, com militância no Partido Comunista Português que, no caso particular de Castro Rodrigues, evoluirá para o afastamento em 1950; e marcada pelo activismo político noutros movimentos, entretanto ilegalizados, como o MUD Juvenil.

É no escritório da rua Dr. Alexandre Braga, que partilham também com José Huertas Lobo, que se preparam os novos números da *Arquitectura*, servindo de «sede» para as ICAT, cujo papel reformista se resume à edição da revista.² Deste escritório sairão projectos conjuntos para Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe entre 1946 e 1953, beneficiando da ligação familiar entre Simões e o construtor Amadeu Gaudêncio, procurado por investidores coloniais. Reproduz-se uma prática generalizada entre os arquitectos da metrópole que desenham para as colónias sem conhecimento directo do território. Há consciência dos problemas que enfrentam os projectos realizados à distância. Em informação oficial datada de 1945 declara Simões sobre Bissau que «são grandes as dificuldades e insuficiência de meios na Colónia, no campo da construção civil» obrigando por vezes à revisão dos projectos «dentro do critério da simplicidade».³ Estes arquitectos documentam-se em experiências estrangeiras, valendo-se da informação recolhida por Paulo Cunha em bibliografia internacional, designadamente holandesa através de traduções francesas.

Diplomado em 1936 na EBAL e destacado oposicionista político desde 1937, Paulo Cunha é pioneiro na tentativa de compreensão das especificidades coloniais constituindo uma primeira referência para esta geração. Projecta para a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.⁴ Castro Rodrigues descreve-o como um homem reservado, expondo-se somente em assuntos referentes à profissão; como provam as discussões em que se envolve na direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos sustentando a autonomia do Congresso em relação àquela estrutura corporativa.⁵ Convidado, dentro do quadro de infra-estruturação da África portuguesa desencadeado nos anos 40, a liderar um programa de reformas na Guiné, integra a I Missão ao território, contactando com uma realidade distinta da que é então noticiada. Questões orçamentais levam-no a regressar a Portugal sem concluir os projectos. Contrata então Castro Rodrigues e Manuel Costa Martins para uma segunda Missão, cuja viagem não se concretiza mas cujo trabalho se prolonga por dois anos. Em causa estão projectos de armazéns para o palácio do Governador, um museu, intervenções na Sé Catedral, residências para altos funcionários e um

quartel para caçadores indígenas no deserto de Gabu. Por desconhecerem as técnicas e os materiais locais propõem sistemas construtivos que vão desde o bambu, adobe, pau-a-pique, à pedra. Este processo de trabalho demonstra o grau de imprecisão com que lida o arquitecto que na metrópole projecta para as colónias antes de 1947. Para Paulo Cunha, o panorama poderia ser melhorado com a criação de um «organismo central de planeamento urbanístico», sugerindo-o ao Ministro das Colónias Marcelo Caetano.⁶ A fundação do GUC em 1944 dentro de uma estratégia de «ocupação planificada»⁷ reforça então o papel centralizador do Estado mas não altera muito a falta de informação.

No Congresso, sem traçar princípios para uma arquitectura «tropicalista», Simões sinaliza, para lá dos holandeses, as experiências coloniais francesas e belgas. Não existe menção à arquitectura brasileira que, todavia, é referenciada por Castro Rodrigues e/ou Huertas Lobo nas restantes comunicações que em grupo ou em dupla os três assinam. Em «Do ensino ao exercício da profissão» quando reclamam a solicitação do arquitecto na construção cultural do país recorrem ao caso brasileiro que se impõe «à enternecida Irmã de Além-Atlântico».⁸ Já em «O Alojamento Colectivo» ao debaterem tipologias de habitação económica valem-se dos brasileiros como exemplo de construção em altura.⁹ As relações institucionais mantidas entre representantes dos organismos corporativos dos dois países, que existem desde a Exposição do Mundo Português,¹⁰ parecem não deixar grande lastro. A exposição de Arquitectura Contemporânea no Brasil no IST, aberta durante três dias, que a *Arquitectura* noticia¹¹ e Sebastião Formosinho Sanchez elogia marca o início de uma divulgação mais sistemática. Citando o Brasil, faz depender a produção nacional, entre outros factores, do estudo das «condições climatéricas de Portugal e das Colónias... e para cada caso, o percurso do sol—sua incidência sobre as fachadas».¹² Seguem-se com atenção as conferências dadas por Wladimir Alves de Sousa, evocadas dentro da continuação dos debates sobre tradição iniciados no Congresso. O catálogo *Brazil Builds – Architecture New and Old 1652–1942* e as revistas brasileiras entram nos ateliers portugueses, juntando-se a outras publicações internacionais. Castro Rodrigues recorda ter consultado a *Habitat* (1950–54) no escritório de Paulo Cunha. Para os projectos ultramarinos estuda-se agora também o Brasil. A preocupação dominante, para quem está na metrópole, é a exposição solar e a ventilação. Na Casa Sol (1952), habitação colectiva que desenha de Lisboa



—Capa do catálogo «Arquitetura Moderna Brasileira», Lobito, 1961—

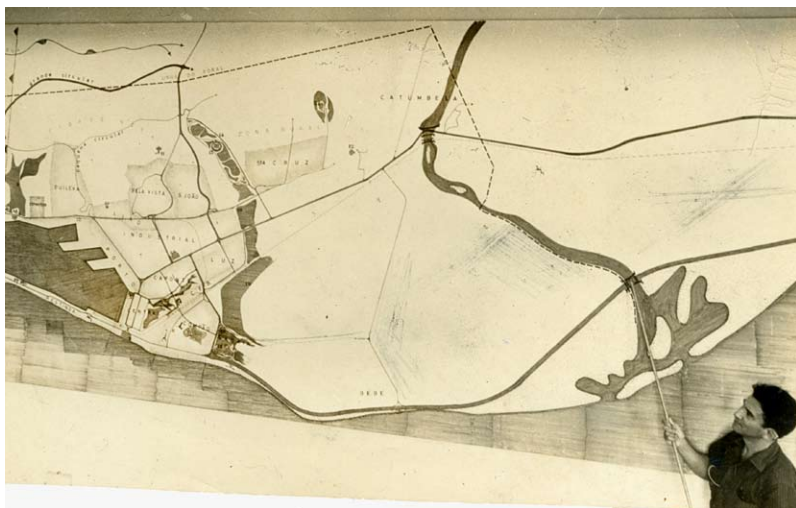
para o Lobito ensaiam-se dispositivos de ensombramento calculados através de um aparelho «inventado» por Arménio Losa «para medir... a projecção de sombras... para aquela cidade».¹³

O Brasil conquista definitivamente o imaginário dos arquitectos modernos portugueses com a Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira montada na Sociedade Nacional de Belas Artes que acompanha o III Congresso da UIA realizado em Setembro de 1953 no Palácio Foz.¹⁴ A partir daqui, e até à inauguração de Brasília, será boa a receptividade na metrópole. Castro Rodrigues é com Francisco Keil do Amaral, membro da Comissão de Exposições do SNA, participando nas equipas de montagem das exposições internacionais que gravitam em torno do III Congresso. Numa lógica de defesa da arquitectura moderna, inviabilizam a mostra soviética cuja linguagem monumental e historicista ofende as posições alcançadas pós 1948. No extremo oposto, está a exposição brasileira. Este momento de abertura à cultura internacional encontra Castro Rodrigues com 33 anos à espera de autorização para embarcar para Angola e nesse interregno preparara dois números seguidos da *Arquitectura*, um com Le Corbusier¹⁵ e outro com Burt Hill.¹⁶ No grupo dos arquitectos que escolhem exercer nos territórios coloniais, Castro Rodrigues está entre os que por razões políticas vêem frustradas as hipóteses de colocação em gabinetes oficiais na metrópole. Entretanto avançado como arquitecto da Câmara Municipal do Lobito, aceita uma comissão de quatro anos que se prolonga até 1987.

O interesse de Castro Rodrigues pela arquitectura brasileira intensifica-se em África. Dirige com Sérgio Príncipe e Maria da Conceição Nobre o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros. O seu activismo cultural é uma forma de intervenção política. Neste quadro surge a exposição *A Arquitectura Moderna Brasileira* integrada nas iniciativas da Comissão Municipal de Turismo do Lobito, cidade onde os arquitectos rareiam. Inaugura a 5 de Junho de 1961 na Associação Comercial¹⁷ num período de esforço de «normalização» da vida colonial que se segue ao início da guerra em Angola. É composta por material recolhido em publicações, principalmente recortes de revistas, e acompanhada de um catálogo com cerca de 112 entradas, sem qualquer ilustração com excepção da capa que reproduz a imagem de uma obra não identificada em construção. Nesta única imagem concentra-se a força empreendedora que caracteriza os «países» novos reforçando o «discurso» político da iniciativa.

A exposição concebida por Castro Rodrigues ilustra dois aspectos da relação entre as culturas arquitectónicas portuguesa e brasileira no pós-guerra: o prolongamento da influência brasileira nos espaços coloniais portugueses quando esta já decresce na metrópole e a dependência de Le Corbusier. É no alinhamento com a obra corbusiana que se traça a longevidade da arquitectura brasileira na perspectiva portuguesa. A comunicação que faz a 13 de Junho, «A Arquitectura Moderna Brasileira», segue o «protocolo» de 48 quanto à argumentação moderna e à necessária presença corbusiana; introduz a ligação histórica aos portugueses com que Alves de Souza abriu e encerrara as palestras de 1953;¹⁸ e acrescenta o contributo angolano na construção do Brasil. Exposição e palestra seguirão igualmente para Benguela, Luanda, Huambo e Namibe numa lógica de campanha. Castro Rodrigues está empenhado na consolidação de uma sociedade colonial miscigenada e aberta, coincidindo talvez com o espírito reformista imprimido contemporaneamente por Adriano Moreira ao Ministério do Ultramar. Cita Stefan Zweig insistindo numa ideia de civilização baseada na coabitação racial, religiosa, política e social. Demonstra que o desígnio da arquitectura colonial é ser moderna escapando às limitações corporativas de 48: «esses pilares à vista da estrutura agora independentes como os quebra luzes, foram bases da arquitectura tropical espalhando-se e generalizando-se como necessidade imperiosa».¹⁹

Os anos 60 são atravessados pela explicitação destes princípios: os *brises-soleil* que se tornam elementos vazados no Liceu Nacional do Lobito (1966), multiplicando-se noutros edifícios; os pilotis do Liceu D. Inocêncio Sousa Coutinho ou dos Paços de Concelho, no Sumbe, cujo «telhado invertido» é solução encontrada também na habitação privada (Casa Dr. Figueiredo, Nganda). Para a igreja do Sumbe (1966) fabricam-se elementos pré-modelados em betão armado na Fábrica de Cimentos de Benguela que compõem as grelhagens. Há invenção e investimento económico, assente na progressiva instalação da indústria de construção civil que serve as experiências locais como atestam as cimenteiras do grupo Champalimaud entretanto fixadas nos territórios coloniais. A integração de peças artísticas reforça este referencial brasileiro, começando nos azulejos do pintor Manuel Ribeiro de Pavia na Casa Sol e continuando no painel de marmorite colorido da Câmara Municipal do Nganda (c. 1971) de João Mário Rascão. A influência brasileira também é um estado de espírito, que requer uma urgência que



—Francisco Castro Rodrigues e o plano para a cidade do Lobito—

Castro Rodrigues admite existir em África: «aqui, nesta Cidade nova, não paramos».²⁰ Impedido pela PIDE de se deslocar ao Brasil, nunca visitará o país.

A afirmação pelo moderno como expressão da arquitectura tropical portuguesa não tem qualquer receptividade junto dos meios internacionais, mesmo daqueles que se ocupam em divulgar experiências arquitectónicas modernas nas regiões africanas. O silêncio talvez seja imposto como protesto contra a política colonial seguida no país. Em *New Architecture in Africa*, de 1963, Udo Kultermann faz uma referência breve à arquitectura das «possessões portuguesas» que insere num «colonial style» não especificado.²¹ A excepção é Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, que conhece em Agosto de 1962 no First International Congress of African Culture, Salisbury, e que está nas antípodas das experiências modernas coloniais portuguesas. Nesse mesmo ano, André Bloc inclui-o na edição dedicada à *Architecture Fantastique* da *L'Architecture d'Aujourd'hui*,²² revista de referência dos seus colegas portugueses no acompanhamento da arquitectura brasileira. Tinha entretanto sido publicado na *Architectural Review*.²³ Pancho, em Moçambique desde criança, é para Kultermann herdeiro de uma tradição «Jugendstil», revelando «afinidades com a arquitectura brasileira». Trata-se



—A Catedral de Brasília fotografada por Pancho Guedes em 1961—

de uma produção compreendida entre a padaria Saipal (1952–4) e a Yeshouse (1962), contendo no seu intervalo as diversas obras do stiloguedes que correspondem ao topo da sua maturidade criativa.²⁴ Livros posteriores de Kultermann, como *New Directions in African Architecture* de 1969 integram já imagens deste período. A excepcionalidade todavia fica assinalada na edição de 63. Com uma clientela recrutada entre a elite branca, muitas vezes não portuguesa, representa o profissional liberal e independente, sem activismo corporativo ou militância alinhada. É por solidariedade política para com o grupo moderno de Lourenço Marques que Castro Rodrigues não visita os seus edifícios.

Pancho possui uma educação anglo-saxónica obtida na África do Sul onde Le Corbusier é parte da formação «africanista». Não é caso isolado, como prova Carlos Ivo, na Beira.²⁵ O afastamento que mantém da cultura portuguesa permite-lhe explorar outras geografias arquitectónicas e escapar das obrigações ideológicas herdadas do Congresso e dos futuros «regionalismos» do Inquérito que se avizinha. Este afastamento é pontualmente quebrado em 1953 quando, por obrigações burocráticas, se dirige à EBAP para obtenção da equivalência. O contacto com a cultura arquitectónica portuense, com Carlos Ramos director da escola ou Fernando Távora, não o insere na realidade dos arquitectos que daí produzem para os territórios ultramarinos. As suas afinidades estão longe de procurarem analogias territoriais ou climatéricas. Admira Gaudí, Tzara, Portinari ou Corbusier. Niemeyer é incluído pelo que antecipa como qualidades plásticas. Conhece a sua fase inicial através de *The Work of Oscar Niemeyer* de Stamo Papadaki, de 1950, adquirido em Joanesburgo. A partir do livro reproduz a estrutura calculada por Joaquim Cardozo para o complexo industrial Duchon-Peixe, na região de São Paulo, na Fábrica de Cimentos Portland da Matola (1952–3, não construída). Trata-se de um ensaio estrutural para espaços industriais que tem na Saipal o apuramento máximo. Detém-se igualmente na proposta para um teatro contíguo ao Ministério da Educação e Saúde. Mas não lhe interessa particularmente o desempenho técnico nem o ideário progressista do programa moderno brasileiro. A sua heterodoxia leva-o a experimentar técnicas construtivas indígenas. Em 1971, construída a Escola Clandestina (Maputo, 1968), descreve as residências dos caniços como «baratas e adequadas ao clima» e associa o seu «padrão de vida urbana aceitável ao facto dos habitantes dominarem a técnica de construção das suas casas».²⁶ Como interpretação das

manifestações populares de feição tropical aproxima-se do pensamento de Joaquim Cardozo exposto em «Arquitectura Popular no Brasil» na *Módulo*²⁷ cujos exemplares recebe de Niemeyer.

Em 1961 viaja com a sua mulher Dorothy pelo Brasil. Durante cerca de um mês, visitam São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Olinda. Mostra a sua obra, em palestras organizadas pelas escolas de arquitectura de São Paulo e na Bahia. Intitula-as «As coisas não são o que parecem ser», o mesmo tema do Congresso africano de 62. Por visitar ficam Ouro Preto e o hotel de Niemeyer. O objectivo principal da viagem é a VI Bienal de São Paulo onde se apresenta à margem da selecção oficial portuguesa que aposta essencialmente na pintura. Pancho recorre ao ex-Cônsul de Portugal em Pretoria, que então dirige o Centro de Informações e Turismo de Moçambique, e que lhe assina a autorização de participação em representação de um país «inexistente». Expõe três edifícios de Lourenço Marques com programa residencial: Casa Leite Martins (1951-3), um conjunto de doze residências (1954-6) e um bloco de habitação colectiva (1955). Os nomes «verdadeiros» são: *Casa Avião*, *Comboio de Moradias* ou *Arranha-chãos*, *O Leão que Ri*. Na imprensa paulista, Pancho, então com 35 anos, é apelidado de «revolucionário» e a sua cidade de «moderna».²⁸ O casal Guedes considera a possibilidade de mudança perante a iminência de guerra nas colónias e o panorama político brasileiro com a recente eleição de Jânio Quadros parece-lhes prometedora.

Impressiona-se particularmente com a situação urbana gerada pelo Ministério da Educação e Saúde, o Conjunto Habitacional da Gávea, as obras da Pampulha e o teatro de Brasília. É um dos primeiros arquitectos portugueses a visitar a nova capital em época muito chegada à inauguração, reunindo um conjunto de vistas que a mostram ainda sem vegetação, empoeirada e com edifícios de franca linguagem moderna. Expressivas são as imagens da catedral por terminar cujo imaginário se aproxima dos «dentes» moldados com argamassa no betão dos edifícios stiloguedes. As imagens dos edifícios «déco» que faz na capital paulista e compõem outra parte da sua multifacetada personalidade continuam (para já) perdidas. Já em Belo Horizonte, confrontando-se com a fase de Niemeyer que mais lhe interessa, identifica o traço corbusiano na sua obra e simultaneamente reconhece-lhe a «maneira livre». Interpela a obra brasileira através da artisticidade, distanciando-se de



—Painéis de *O Leão que Ri* de Pancho Guedes na VI Bienal de São Paulo, 1961—

outros arquitectos portugueses. Com a excepção da fábrica da Matola, nos seus projectos essa interpelação nunca é literal e diminui quando se aproxima do Team 10 e ao longo dos anos 60.

Castro Rodrigues e Pancho Guedes representam recensões opostas da moderna arquitectura brasileira no Portugal colonial que são reforçadas pelas suas excepcionais qualidades individuais. A analogia que Castro Rodrigues vê nessa produção entre espírito progressista e discurso político cruza-se com a adequação da linguagem moderna ao território africano—é uma inevitabilidade civilizacional, facto que reforça na capa da exposição do Lobito. Pancho destaca a plasticidade brasileira do tecnicismo explícito colocando em evidência a ancestralidade que alimenta a «caldeira da criação».²⁹ É o que memoriza da catedral inacabada de Brasília, por antecipar as ruínas de um leão sorridente na futura Maputo, «simultaneamente horrível e maravilhoso».

NOTAS

- 1 João SIMÕES, «A profissão de Arquitecto nas Colónias» in SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, *Actas do I Congresso de Arquitectura*, Lisboa, SNA, 1948, pp. 147, 149.
- 2 Cf. João SIMÕES, «João Simões: uma serenidade objectiva» [entrevista de Pedro Vieira de Almeida e Fátima Ferreira] in *Jornal Arquitectos*, n.º 77–78, Julho/Agosto, 1989, pp. 7–11 (9).
- 3 Ministério do Ultramar. «Projecto de Transformação da Sé Catedral de Bissau» [João Simões, 1945], Trabalho n.º 10. [Arquivo Histórico Ultramarino]
- 4 Paulo CUNHA, «Paulo Cunha, o pioneiro do planeamento portuário» [entrevista de Pedro Vieira de Almeida e Fátima Ferreira] in *Jornal Arquitectos*, n.º 82, Dezembro, 1989, pp. 23–27 (27).
- 5 Cf. Ana Isabel de Melo RIBEIRO. *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863–1953*, Porto. FAUP Publicações, 2002, p. 242 e seg.
- 6 Cunha, *op.cit.*, p. 27.
- 7 Maria Manuela Afonso de FONTE, *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007, p. 188 e seg.
- 8 João SIMÕES, Francisco Castro RODRIGUES, «Do ensino ao exercício da profissão» in *Actas do I Congresso...*, *op.cit.*, p. 94.
- 9 Cf. João SIMÕES, Francisco Castro RODRIGUES, José Huertas LOBO, «O Alojamento Colectivo» in *Actas do I Congresso...*, *op.cit.*, p. 241.
- 10 Cf. Ribeiro, *op.cit.*, p. 225.
- 11 *Arquitectura*, n.º 28, 1949.
- 12 Sebastião Formosinho SANCHEZ, «Arquitectura Moderna Brasileira, Arquitectura Moderna Portuguesa» in *Arquitectura*, n.º 29, Fevereiro/Março, 1949, p. 17.
- 13 Francisco Castro RODRIGUES, CV, Azenhas do Mar, 2001, p. 15. [dossier policopiado com textos, recortes e manuscritos]
- 14 Cf. Ribeiro, *op.cit.*, p. 431.
- 15 *Arquitectura*, n.º 50–51, 1953.
- 16 *Arquitectura*, n.º 52, 1954.
- 17 Câmara Municipal do Lobito. *Relatório da Actividade Municipal no Triénio de 1961–1962–1963*, Câmara Municipal do Lobito, p. 69.
- 18 Cf. Ana Vaz MILHEIRO, *A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 2005, p. 300.
- 19 Francisco Castro RODRIGUES, «A Arquitectura Moderna Brasileira», Palestra proferida pelo Senhor Arquitecto Francisco Castro Rodrigues, no dia 13 de Junho de 1961, integrada na Jornada Luso-Brasileira levada a efeito de colaboração com o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, na Cidade do Lobito, s.p.
- 20 Francisco Castro RODRIGUES. «O Betão Nú e o Lobito» in *Divulgação – Boletim da Câmara Municipal do Lobito*, 1.º semestre, 1964, pp. 3–9 (9).
- 21 Udo KULTERMANN, *New Architecture in Africa*, New York: Universe Books, 1963, p. 20.
- 22 *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 102, 1962.
- 23 *Architectural Review*, n.º 770, 1961.

- 24 Cf. Pancho GUEDES, «As Coisas Não São o que Parecem Ser – a Hora Auto-biofársica» [1962] in *Manifestos Ensaios Falas Publicações*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2007, pp. 20–25.
- 25 António Manuel da Silva e Souza ALBUQUERQUE, *Arquitectura Moderna em Moçambique, inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949–1974*, Prova Final, Coimbra: DA/FCTUC, 1998, p. 39.
- 26 Guedes, «Os Caniços de Moçambique» [1971] in *op.cit.*, p. 72.
- 27 *Módulo*, n.º 5, 1956.
- 28 Miguel SANTIAGO, *Pancho Guedes, Metamorfoses Espaciais*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 182.
- 29 Guedes, «A prática da Arquitectura» [1964] in *op.cit.*, p. 53.

ANA VAZ MILHEIRO, docente no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e na Universidade Autónoma de Lisboa. É doutorada pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Publicou *A Construção do Brasil, relações com a cultura arquitectónica portuguesa* (FAUP–publicações, 2005) e *A Minha Casa é um Avião* (Relógio d'Água, 2007).

OPÚSCULOS

— Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura —

- | | | |
|----------------------------|----|--|
| <i>José Capela</i> | 1 | UTILIDADE DA ARQUITECTURA: 0+6 POSSIBILIDADES |
| <i>Pedro Gadanho</i> | 2 | PARA QUE SERVE A ARQUITECTURA? |
| <i>Godofredo Pereira</i> | 3 | DELÍRIOS DE PODER |
| <i>André Tavares</i> | 4 | AS PERNAS NÃO SERVEM SÓ PARA ANDAR |
| <i>Rui Ramos</i> | 5 | ELENCO PARA UMA ARQUITECTURA DOMÉSTICA |
| <i>Luis Urbano</i> | 6 | DUPLI_CIDADE E A FLÂNERIE CONTEMPORÂNEA |
| <i>Inês Moreira</i> | 7 | PETIT CABANON |
| <i>Susana Ventura</i> | 8 | O OVO E A GALINHA |
| <i>Guilherme Wisnik</i> | 9 | NIEMEYER: LEVEZA NÃO TECTÓNICA |
| <i>Miguel Figueira</i> | 10 | A MINHA CASA EM MONTEMOR |
| <i>Pedro Fiori Arantes</i> | 11 | O LUGAR DA ARQUITECTURA NUM «PLANETA DE FAVELAS» |
| <i>João Soares</i> | 12 | O SUPORTE DA MORAL DIFUSA |
| <i>Nuno Abrantes</i> | 13 | 739H/M ² |
| <i>Gonçalo M Tavares</i> | 14 | ARQUITECTURA, NATUREZA E AMOR |
| <i>Ana Vaz Milheiro</i> | 15 | AS COISAS NÃO SÃO O QUE PARECEM QUE SÃO |